

A PERSEGUIÇÃO LGBTI+ COMO LEGITIMADORA DO DECLÍNIO DEMOCRÁTICO E DA IMPOSIÇÃO DE UMA AGENDA NEOLIBERAL

LGBTI+ PERSECUTION AS LEGITIMACY FOR DEMOCRACY DECREASES AND IMPOSITION OF NEOLIBERAL AGENDA

Ivanilda Maria Figueiredo de Lyra Ferreira¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutora em Direito. E-mail: ivanilda.figueiredo@gmail.com

Resumo: Atualmente uma “cláusula moral”, que atinge diversas pessoas, mas ressoa de modo mais aceito quando se volta contra lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersexuais (LGBTI+), tem justificado o declínio democrático e permitido o avanço de uma política neoliberal que retira direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (dhescas) da população. Tal agenda prejudica diretamente o acesso a população ao essencial para uma vida digna, porém seus responsáveis continuam recebendo apoio popular por conta desta tal “cláusula moral” anti-LGBTI+.

Palavras-chave: democracia; autocracia; LGBTI+; neoconservadorismo; neoliberalismo.

Abstract: In this paper, we argue that, nowadays, the decrease of democracy is impulsion by a “moral clause” that can be directed to many vulnerable groups but has more popular support when used against LGBTI+ people. This moral clause helps to legitimate politicians with autocratic impulsions and a neoliberal agenda. This agenda prevents a dignified life for many people who suffer directly its effects, however, the politicians responsible for that agenda remain with popular support exactly for this moral clause.

Keywords: democracia; autocracia; LGBTI+; neoconservadorismo; neoliberalismo.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v17i43.1086>

Recebido em: 09.11.2022

Aceito em: 10.12.2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

1 Introdução

Perseguir pessoas LGBTI+ é um modo de deslegitimar não só as lutas identitárias, mas também os reclamos por justiça social. Eleger um inimigo comum tem se tornado uma forma de alçar ao poder pretensos autocratas, os quais seriam necessários para enfrentar o inimigo interno (imoral), assim obtêm-se licença para a imposição de uma atroz agenda neoliberal sem a devida resistência popular.

Marta Arretche questiona se, no Brasil, a democracia vem sendo condição suficiente para assegurar a redução das desigualdades sociais e conclui que apesar da permanência da desigualdade estrutural no país, responder com um mero “não” iria ignorar processos de inclusão social que efetivamente ocorreram, pois o Estado, por suas ações atingem os cidadãos de modo individual e coletivo de diferentes maneiras, tanto mantendo desigualdades como produzindo justiça social. Assim, numa análise econômica é possível se visualizar pós Constituição de 1988 e governos progressistas uma maior inclusão de outsiders (ARRETCHE, 2018, p. 21) Uma outra conclusão subsidiária de seu estudo nos interessa ainda mais. Entende a autora que

As elevadas taxas de participação eleitoral dos mais pobres combinadas à constitucionalização dos direitos sociais converteram os beneficiários dessas políticas, situados no piso e no meio da escala contínua da distribuição da renda, em categorias concentradas de eleitores interessados na expansão das políticas que os favoreçam. Dado seu tamanho numérico, esses eleitores são decisivos para uma eleição majoritária. (ARRETCHE, 2018, p. 22)

A hipótese a ser estudada neste artigo é a de que só haveria uma forma de dissuadir esses eleitores de votarem a favor de seus interesses: levantando uma cláusula moral. A perseguição às pessoas LGBTI+ agrega conservadores e religiosos em torno de uma agenda comum que é capaz de deslegitimar a democracia e impor uma agenda neoliberal de restrição de direitos civis políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Para melhor entender a hipótese traçada, é importante duas ressalvas:

I. Não se advoga com isso que as pessoas LGBTI+ são as únicas perseguidas. Mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, dentre outras, são “pessoas de interesse” na propagação de uma agenda antidemocrática e contra a justiça social. Nosso argumento é de que, neste cenário, LGBTI+ são os alvos cuja perseguição se torna mais facilmente justificável com base em tal cláusula moral.

II. Uma cláusula moral, no direito contratual, é uma regra que restringe e/ou determina certos comportamentos aos indivíduos. Tal dispositivo é comum em contratos com pessoas públicas (atletas, artistas) para garantir uma boa imagem perante o público. O infringimento dela, comumente, leva a rompimentos contratuais com penalidades impostas ao infrator. Ocorre que a norma construída para coibir comportamentos deletérios, já foi durante muito tempo um modo jurídico de pressionar e perseguir pessoas LGBTI, as quais eram ameaçadas de rompimento contratual caso resolvessem viver abertamente sua vida e seus afetos.¹ Escolhemos, portanto, propositadamente

1 “Os casamentos forjados foram uma solução em parte para as “cláusulas morais” emitidas pelos grandes estúdios da época. As cláusulas, introduzidas pela Universal Film Company, permitiram que a empresa suspendesse os salários dos atores “se eles perderem o respeito do público”. O tipo de comportamento considerado inaceitável variou desde atividade criminosa até associação com qualquer conduta considerada indecente ou surpreendente

tal expressão para indicar o modo como necropolíticos com tendência autocrática manipulam sentimentos populares de moralidade em benefício de uma agenda própria.

Interessante notar ainda que a agenda neoliberal é facilitada por esta cláusula moral, porém ela traz consigo também o declínio democrático o que garantiria sua possibilidade de permanência mesmo que o argumento anti-LGBTI+ perca o apelo popular.

Assim, neste artigo iremos inicialmente demonstrar a construção desta cláusula moral no Brasil e, exemplificadamente, destacamos que tal artifício também tem sido usado noutros países em declínio democrático e com políticas neoliberais em curso. Em sequência, iremos ser apresentada parte da agenda neoliberal imposta nacionalmente.

2 A Construção de uma cláusula moral em conjunto com a erosão da democracia.

Há uma ilusão, difundida, especialmente dentre os juristas de que a democracia seria a terra do consenso e da escolha racional. Num auditório universal, em igualdades de condições, seres racionais deliberariam e realizariam escolhas com base num método de votação majoritária que seria respeitado justamente por terem sido trilhados todos os caminhos acordados previamente e todos os envolvidos serem seres racionais (HABERMAS, 1996, p. 28-30).

Para os habermasianos, o processo de deliberação tem resultados razoáveis assegurados, na medida em que se estabeleçam as condições do “discurso ideal”: quanto mais igual e imparcial, mais aberto será o processo; quanto menos os participantes são coagidos e prontos para serem guiados pela força do melhor argumento, mais os interesses verdadeiramente generalizáveis poderão ser aceitos por todos os afetados de modo relevante. Habermas e seus seguidores não negam que haja obstáculos para a realização do discurso ideal, mas os mesmos são entendidos como tendo natureza empírica. Tais obstáculos devem-se ao fato de que é improvável, dadas as limitações práticas e empíricas da vida social, que possamos deixar de lado completamente todos os nossos interesses particulares a ponto de que nossos interesses venham a coincidir com nosso “si-mesmo” [self] racional. Esse é o motivo pelo qual a situação ideal de fala é apresentada como “ideal regulativo”. (MOUFFE, 2005, p. 4).

Esta é a principal crítica de Chantal Mouffe ao autor. Ela destaca que ao se focar na racionalidade a teoria da democracia deliberativa habermasiana desconsidera “*um elemento central, que é o papel crucial desempenhado por paixões e afetos na garantia da fidelidade a valores democráticos*” (MOUFFE, 2005, p. 11). Estes seres racionais e dotados de direitos naturais da teoria democrática contemporânea são tidos como agentes democráticos sem se mensurar as consequências das assimetrias de poder e do arrebatamento que movimenta as relações humanas.

Em sociedades extremamente desiguais como a brasileira, na qual persiste não só um abismo socioeconômico – os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total² –, e convive estruturalmente com o racismo, a misoginia e a LGBTIfobia, não se torna possível cogitar que exista um espaço institucional no qual o auditório universal do Habermas esteja representado.

para a comunidade. As cláusulas existem até hoje”. <https://www.history.com/news/hollywood-lmarriages-gay-stars-lgbt>

2 Dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório - 07/12/2021 - Mercado - Folha (uol.com.br)

No Congresso Nacional, as paixões (inclusive as derivadas de suas expressões religiosas) dominam em grande medida os debates, notadamente aqueles relacionados a cláusula moral aqui estudada,³ especialmente entre os políticos conservadores que se apegam a tal cláusula para se legitimar.

O ódio e o desprezo contra pessoas LGBTI não foi, no entanto, inventado por estes políticos que iremos identificar como necropolíticos. Importante aqui o uso de “necropolíticos” no sentido pensado por Achille Mbembe de ressaltar a pulsão de morte e ódio manejada por uma política que escolhe os dignos de vida e os indignos (MBEMBE, 2016, p. 124). Inúmeros estudos vêm apontando o entrelaçamento entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). [...] **A defesa da família tradicional e dos valores religiosos oferece laços sociais sólidos que visam a compensar a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais.** (LACERDA, 2019, p. 58).

Sentimentos enraizados em morais religiosas e conservadoras bastante introjetadas socialmente garantem maior poder aos necropolíticos que manejam e fermentam tais paixões fazendo-as aflorar ainda mais por meio de “fake news” geradoras de medo e repulsa, como aquelas que reforçam a ideia das pessoas LGBTI+ como uma ameaça à família.

Identificamos no fim de 2009 com a edição do Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3) um momento crucial de mudança de atuação dos necropolíticos em torno da agenda pró-direitos humanos no Brasil (BORGES, 2019, 26-7). O PNDH3 agregou lideranças conversadoras católicas e evangélicas numa cruzada contra direitos humanos que se baseava em expor algumas das diretrizes presentes no Programa de modo negativo. Os principais alvos eram: (i) a criação de uma Comissão Nacional da Verdade vista como antidemocrática por visar investigar apenas um lado (o do Estado que praticou tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados), (ii) a previsão de audiências públicas em caso de conflito fundiário, (iii) a previsão de regulação da mídia (difundida como defesa da censura); (iv) a defesa do direito ao aborto com um tema de saúde pública; (v) os direitos LGBTI+ pela previsão de dispositivos contra a discriminação e pró-reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo gênero.⁴

O uso do PNDH3 demonstrou para os necropolíticos a força dos argumentos conservadores especialmente aqueles em “defesa da família” para a legitimação de seu poder

3 Moral, religião e voto (uol.com.br); Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado - DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Novo Congresso Nacional em Números - 2019-2023 - DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Na internet, fãs de Bolsonaro esquecem economia e defendem conservadorismo - 27/09/2018 - Poder - Folha (uol.com.br); SciELO - Brasil - BOLSONARO PRESIDENTE: CONSERVADORISMO, EVANGELISMO E A CRISE BRASILEIRA BOLSONARO PRESIDENTE: CONSERVADORISMO, EVANGELISMO E A CRISE BRASILEIRA;

4 Dentre os católicos, o maior detrator do PNDH3 foi o Prof. Ives Gandra com inúmeras entrevistas na internet sobre o tema, ex. <https://noticias.cancaonova.com/brasil/programa-de-direitos-humanos-e-desumano-afirma-jurista/> Dentre os evangélicos, tomou proeminência a atuação da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, ex. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/812271-bancada-evangelica-quer-barrar-o-plano-de-direitos-humanos.shtml>

político. O deputado Marco Feliciano notando o poder de tal discurso fez questão de ocupar a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e nela focou sua atuação na “clausula moral” anti-LGBTI+, chegando a lograr aprovar naquele espaço uma proposta conhecida como “cura gay” por autorizar psicólogos a praticarem propostas de “reversão” da homossexualidade e/ou da transgeneriedade (QUINTÃO, 2017, p. 59). O então deputado Jair Bolsonaro, que não era reconhecido a partir de uma filiação religiosa, também aderiu ao ataque, tal tática foi imprescindível tanto para alçá-lo a representante da extrema direita brasileira quanto a categoria de Presidente da República.

As expressões de sexualidade e gênero infanto-juvenis tiveram muita visibilidade no período eleitoral em relação àquilo que uma matéria da Agência Pública³ chamou de “eleição do kit gay”. Foram ressuscitados materiais quando da polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia em 2011, e o “kit gay” transformou-se em um dos principais artefatos da campanha do presidente eleito do país, Jair Bolsonaro. O próprio Bolsonaro, deputado pouco expressivo em termos de ação legislativa e mais conhecido por sua postura pitoresca e teatral, afirmou, ainda em 2017, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, que sua carreira política foi catapultada pelo que ele cunhou como “kit gay”. (LEITE, 2019, 01)

O mesmo destaca Ester Solano, que tem estudado de modo aprofundado e com muitos dados empíricos a ascensão da extrema direita no Brasil e levantado os argumentos utilizados pelos eleitores do atual Presidente, Jair Bolsonaro (SOLANO, 2019, 318). Dentre eles, ela demonstra é muito comum a alegação de uma cláusula moral:

Uma das questões que os entrevistados mais defendem desta nova direita é que estaria protegendo os valores que têm sido perdidos no Brasil, depois de tantos anos de governo de esquerda. Família, religião, disciplina, autoridade e ética são questões que agora podem ser discutidas de novo, mas que durante muito tempo estavam fora do debate público. As questões morais trazidas à tona pelo Movimento Brasil Livre (MBL), na sua dinâmica de guerras culturais, aparecem em várias entrevistas como exemplo de debates que deveriam ser. Além de corrupto, o governo do PT é visto como um governo que provocou a desmoralização progressiva do país ao se colocar contra os princípios da tradição e dos costumes. (SOLANO, 2019, 318.)

Não há dúvidas de que nesta defesa da família tradicional as pessoas LGBTI representam a principal ameaça. Em outro estudo, demonstramos o quão introjetado socialmente era o preconceito jurídico sobre as uniões estáveis sobre pessoas do mesmo gênero, pois apesar de nenhuma Constituição nem tampouco o Código Civil de 1916 proibirem a união homoafetiva, esta era tida como impossível pela jurisprudência pátria até meados da década de 90 quando as primeiras decisões começaram a surgir. (FIGUEIREDO, 2021, p. 14).

Portanto, a conquista do direito a união estável LGBTI+ a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal nos parece ser outro marco agregador deste novo modo de atuação dos necropolíticos, que, ressalte-se, até aquele momento sequer se posicionavam nas ações de controle concentrado e constitucionalidade. Entretanto, no ano seguinte passaram a se alinhar a juristas evangélicos conservadores que fundaram a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) a qual hoje atua perante os Tribunais Superiores e auxilia tais necropolíticos na criação de projetos de lei e oposição a projetos progressistas⁵ e a juristas católicos, como os da

5 Disponível em: <https://anajure.org.br/destruicao-da-familia-projetada-em-lei/> e <https://anajure.org.br/estatuto-juridico-da-liberdade-religiosa-no-brasil-recebe-apoio-do-vice-presidente-da-republica-e-presidentes-do-senado-e-da-camara-federal-apos-visita-de-lideres-religiosos-organizada-pela-anajure/> Acesso em 01.08.2022

União de Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP), que possui como diretor-presidente o Prof. Catedrático da USP Ives Gandra, o qual também tem papel ativo em inúmeras discussões de controle de constitucionalidade quando direitos LGBTI+ estão em jogo⁶.

3 O uso da pauta LGBTI para a legitimação de avanços antidemocráticos.

A democracia não é vista hoje apenas como uma garantia de alternância de poder entre as elites. Um estado para ser considerado democrático deve necessariamente ter eleições periódicas. Esta é uma condição necessária, mas não suficiente. É preciso assegurar a liberdade de expressão, os direitos de associação e manifestação, a possibilidade de inclusão de grupos subalternizados, dentre muitos outros direitos fundamentais. O V-Dem, Instituto responsável por uma análise da saúde da democracia no mundo, mensura mais de uma centena de indicadores.⁷

Assim, quando tratamos dos países com maior declínio democrático entre 2010 e 2020 não estamos apontando necessariamente um tipo de fraude eleitoral e sim a erosão de direitos essenciais para uma democracia saudável. Polônia, Hungria, Turquia, Brasil, e Servia são, nesta ordem, os cinco países com maior déficit democrático na década passada de acordo com o Instituto. Tais países também têm em comum a perseguição aos direitos de pessoas LGBTIs pelos eleitos para a chefia do Executivo.⁸

Na Polônia, o Presidente e os principais líderes do partido majoritário, consideram os direitos das pessoas LGBTI+ como uma ameaça a família tradicional. Cidades polonesas têm se autodenominado “zonas livres da ideologia LGBTI+” e o Presidente reeleito Andrzej Duda chamou a luta LGBTI+ de mais perigosa do que o comunismo.⁹ Não à toa reúne em uma mesma sentença comunistas e LGBT+, o fomento do medo aos comunistas também tem sido historicamente utilizado para justificar tendências autocráticas.

Na Hungria¹⁰, o primeiro-ministro Vitor Orban é conhecido por promover o ódio contra a população LGBTI+¹¹. Na cruzada anti-LGBTI+, a Constituição foi alterada para designar como família apenas aquelas constituídas por relações heteroafetivas e seus filhos; as cirurgias e tratamentos de redesignação de sexo foram proibidas e foi estabelecida a censura nas escolas a qualquer debate que envolva as existências LGBTI+.¹² O fomento ao medo de influenciar as crianças é também uma constante em todos aqueles que elegem as pessoas LGBTI+ como suas inimigas públicas.

No Brasil, a sanha vem sendo detida por decisões do STF contra leis municipais que proíbem a discussão de gênero nas escolas. Porém, a composição do STF sofre o influxo das mudanças do Executivo. Um Presidente, como o atual, contrário as pautas de gênero e LGBTI+ ao indicar Ministros comprometidos com uma pauta conservadora pode influenciar em decisiva

6 <http://ujucasp.org.br/site/livros-ujucasp/>

7 V-Dem

8 The neoliberal far right in Poland – Gavin Rae (socialeurope.eu); When Socialist Hungary Went Neoliberal (jacobinmag.com)

9 Poland Breaches EU Obligations Over LGBT, Women’s Rights | Human Rights Watch (hrw.org)

10 Hungary’s controversial anti-LGBT law goes into effect despite EU warnings (france24.com)

11 Hungarian anti-LGBTQ+ law is a political tactic for Orbán (theconversation.com)

12 Hungary’s new anti-LGBTQ law a ‘shame’ that contravenes EU values, von der Leyen says (france24.com); Hungary passes law banning LGBT content in schools or kids’ TV | Hungary | The Guardian

mudança jurisprudencial. Basta ver o exemplo da Suprema Corte dos Estados Unidos na revisão da decisão *Roe vs Wade* (direito ao aborto).¹³

As paradas do Orgulho LGBTI+ foram proibidas em toda a Turquia.¹⁴ Em sua capital, Ankara, nenhum evento LGBT+ tem permissão para acontecer¹⁵ e o Presidente Recep Tayyip Erdogan já afirmou que o país irá “levar para o futuro não uma juventude LGBT, mas uma juventude digna da história gloriosa desta nação”.¹⁶

No Brasil, não é segredo o uso de LGBTI+ como ameaças para a eleição de políticos conservadores e necropolíticos¹⁷, quais sejam aqueles que usam a pulsão de morte contra determinados grupos como motor para o próprio sucesso. Na última eleição presidencial, o “kit gay” e outras indizíveis “fake News” contra LGBTI+¹⁸ foram as preferidas para influenciar seus adeptos. Na pandemia, até a Organização Mundial de Saúde¹⁹ foi acusada de ensinar “ideologia de gênero” às crianças. Isto como forma de, pasmem, deslegitimar as ações da agência para combater a disseminação do coronavírus.

A Sérvia, em quinto lugar na lista do V-Dem, representa a prova a máxima de que não basta ser LGBTI+, é preciso ser um aliado da causa. Ana Brnabic, primeira-ministra da Sérvia, é lésbica e teve um filho com sua companheira. No entanto, sua companheira precisou viajar para realizar os procedimentos de fertilização, pois em seu governo foi sancionado ato que proíbe a reprodução assistida aos casais LGBTI+.²⁰ Ela também é contrária à aprovação do casamento e da adoção por casais LGBTI+. ²¹

Levitsky e Ziblatt, em aprofundado estudo sobre os recentes ataques a democracia capazes de fragilizá-la, apontam quatro fatores essenciais: 1. Rejeição das regras democráticas do jogo; 2. negação da legitimidade de oponentes políticos; 3. tolerância ou encorajamento à violência; 4. Propensão a restringir liberdade civis de oponentes, inclusive a mídia (LEVITSKY E ZIBLATT, 2020, p. 21 e ss)

No Brasil, o presidente Bolsonaro atua recorrentemente nas quatro esferas. Acusa o sistema eleitoral de ser fraudulento. Nega a legitimidade de seus oponentes ao ponto de afirmar quando do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco que não falaria o que pensava porque seria polêmico²² e chamar seus apoiadores para “fuzilar a petralhada”²³. O incentivo a violência é uma constante em suas falas públicas e em sua política de facilitação do acesso a armas. Analisar

13 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/06/24/briefing/roe-v-wade-abortion-supreme-court-guns.html>

14 Turkey's LGBTQ community at risk amid rise in homophobic rhetoric – POLITICO

15 Turkey: End Ankara Ban on LGBTI Events | Human Rights Watch (hrw.org); Everything you need to know about human rights in Turkey | Amnesty International | Amnesty International

16 Targeted by Erdogan, Turkey's LGBT community face 'tsunami of hate' - France 24

17 Conceito de Achlle Mbembe. MBEMBE, Achlle. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018, 80p.

18 Estudo diz que 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news | Política | Valor Econômico (globo.com)

19 Bolsonaro diz que OMS incentiva masturbação e homossexualidade de crianças - 29/04/2020 - UOL Notícias

20 For Serbia's LGBT community, same-sex unions are progress but not equality - France 24

21 Battle for same-sex unions in Serbia continues | FairPlanet Battle for same-sex unions in Serbia continues | FairPlanet; Turkey in the Global Economy: Between Neoliberalism and Authoritarian Populism, 2000-2020 | SOAS University of London; O governo militar de Bolsonaro é neoliberal? – Blog da Boitempo; Authoritarian neoliberalism shows its ugly police face in Serbia - Counterfire

22 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/opiniao-de-bolsonaro-sobre-morte-de-marielle-seria-polemica-demais-diz-assessor.shtml>

23 <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>

o potencial ofensivo de sua agenda exige, todavia, entender o quanto a “cláusula moral” aqui estudada se constitui também como um exercício de violência simbólica capaz de se converter em atentado a integridade física e a saúde de pessoas LGBTI+ e o quanto ela tem sido central para sua ascensão e manutenção como líder político (FIGUEIREDO, 2022a, p. 4). Quanto a restrição aos direitos fundamentais, Bolsonaro restringiu a atuação do seu governo em todas as esferas relacionadas aos direitos humanos (FIGUEIREDO, 2022b, p. 232), tendo enfaticamente deixado de reconhecer direitos no plano internacional e negligenciado o poder de propor leis em defesa destes direitos, descontinuando e não implementando políticas públicas o que se comprova pela baixa execução orçamentária de políticas contra a violência contra a mulher e a ausência de investimentos do orçamento em políticas para a LGBTI+ (FIGUEIREDO, 2022a, p. 1).

4 A ascensão neoliberal no governo Bolsonaro

A interligação entre neoliberalismo e autoritarismo encontra inúmeros enraizamentos históricos, que se dá não apenas pela imposição de um governo baseado na força bruta, mas também pela estruturação de um ambiente no qual as práticas neoliberais são legitimadas a partir do enfraquecimento do ambiente democrático

Nesse sentido amplo, são exemplos de neoliberalismo autoritário: a) a reivindicação de um Estado forte e blindado dos interesses de classe feita pelos ordoliberalistas; b) a difusão do modelo neoliberal por meio de golpes militares e de ditaduras; c) as políticas sociais condicionadas de caráter disciplinador para o mercado (*workfare*); d) a gestão penal da pobreza e dos problemas urbanos e o encarceramento em massa, que frequentemente acompanham as reformas estruturais (*prisonfare*); e) a doutrina do choque, que se vale da desorientação da população gerada por crises profundas e/ou por desastres naturais, de maneira a fazer passar medidas neoliberalizantes como respostas urgentes aos problemas enfrentados; f) a repressão a sindicatos e manifestações populares e a criminalização dos movimentos sociais; **g) a construção de inimigos internos, materializados em certas minorias** e em grupos opositores, considerados “comunistas” ou “corruptos”; h) a expulsão de grupos excedentes que ameaçam prejudicar a rentabilidade da população; i) o esvaziamento progressivo do poder dos representantes eleitos e a transferência das decisões públicas para gestores e/ou atores de mercado na reforma gerencialista do Estado; j) a definição da “boa governança” estatal por agências de *rating* privadas e por organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial; k) o enfraquecimento das instâncias nacionais de participação democrática com a transferência de decisões políticas fundamentais, especialmente no campo econômico, para o âmbito internacional; l) a subordinação antidemocrática do Estado às regras constitucionais e legais apresentadas como necessárias à busca da prosperidade econômica; m) o recurso argumentativo a circunstâncias materiais imediatas como desculpa para o Estado não reverter processos de desigualdade socioeconômica; n) a recalibragem das atividades viáveis e apropriadas para instituições não mercadológicas, como sindicatos, de maneira a diminuir expectativas; o) o ataque à ideia de bem comum como totalitária, o esvaziamento da esfera pública e da noção de justiça social e a redução da cidadania à despolitizadora responsabilidade dos empreendedores de si mesmos. (ALMEIDA et al, 2021, p. 2). (grifos nossos)

A criação de uma cláusula moral anti-LGBTI+ foi uma das formas de criação de inimigo interno utilizada pela extrema direita brasileira para se tornar relevante e, como demonstramos, um fator importante para alçar o atual Presidente ao centro do debate e representante máximo dos necropolíticos brasileiros.

Interessante notar que historicamente agenda liberal não era uma pauta do parlamentar Jair Bolsonaro que era reconhecido pelas falas contrárias aos direitos humanos e a exaltação do nacionalismo e militarismo. No entanto, foi sua vinculação ao ultraliberal Paulo Guedes²⁴ que o legitimou perante a elite econômica²⁵ a qual já vinha obtendo ganhos significativos em torno de uma política de austeridade promovida pelo Governo Temer e que naquele momento teve seu ápice na aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016).

Apesar da resistência da população a uma agenda econômica austera, nos últimos anos foram continuamente sendo aprovadas medidas de restrição a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (dhescas). No Governo Bolsonaro, as medidas mais eloquentes, foram a Reforma da Previdência, os inúmeros retrocessos na agenda ambiental,²⁶ as contínuas retiradas dos direitos trabalhistas ainda existentes,²⁷ a independência do Banco Central (Lei Complementar 179/2021) e a falta de investimentos em políticas sociais. Sob seu governo, a desigualdade aumentou e as mortes na pandemia se concentraram nas áreas de maior pobreza por falta de investimento político para as prevenir.

Estudos de 2020 apontam a desigualdade como fator para o avanço do coronavírus nas periferias brasileiras, aumentando em até 50% o risco de morte pelo coronavírus. Mesmo com a vacinação no Brasil, resultado da importância do Sistema Único de Saúde – SUS, a maioria das mortes por covid-19 está concentradas nas periferias das grandes cidades, em decorrência do acesso desigual às vacinas, entre outros. Segundo a OCDE, negros têm 1,5 vezes mais chances de morrer de Covid-19 do que brancos no Brasil.²⁸

O grande número de mortos na pandemia e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome são frutos de uma política de austeridade consagrada no Governo Bolsonaro. De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, 61,3 milhões de brasileiros passam por algum tipo de insegurança alimentar, destes 15,4 milhões em insegurança alimentar grave, ou seja, passando fome no período de 2019 e 2021.²⁹ Estudo da Oxfam sobre o aumento da desigualdade destaca as medidas de austeridade que vem sendo propostas desde 2021 com cortes orçamentários em áreas sociais:

Após a existência de um modelo orçamentário excepcional – permitindo a aprovação do programa Auxílio Emergencial em 2020 – o discurso pró-austeridade voltou a todo vapor em 2021. Como resultado, foram aprovados diversos cortes orçamentários em áreas-chave para o enfrentamento da pandemia de covid-19, como ciência e tecnologia, saúde e educação. Até o orçamento para as vacinas contra a covid-19 foi reduzido em 8,5% na previsão orçamentária de 2022. As políticas de austeridade estão sendo aplicadas apesar do consenso internacional sobre a recuperação pós-pandemia, sob o falso discurso de que o cenário fiscal brasileiro exige austeridade.³⁰

24 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>

25 <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2018/10/01/analise-o-que-leva-a-elite-empresarial-a-acenar-para-bolsonaro.htm>

26 Brasileiros não querem “Estado mínimo”, diz cientista político - Agência Pública (apublica.org); Relembre 6 momentos em que ações do governo atrapalharam a agenda ambiental | CNN Brasil; Vista do O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro (unesp.br)

27 Carteira “verde amarela”: Bolsonaro: “Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista” | Brasil | EL PAÍS Brasil (elpais.com)

28 <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/>

29 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/inseguranca-alimentar-afeta-61-milhoes-no-brasil-diz-onu.shtml>

30 <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/>

A racionalidade neoliberal vigente, como defende Dardot e Laval é totalizante. (DARDOT, P.; LAVAL, 2016, 372-3) Na análise realizada em *A Nova Razão do Mundo*, os autores defendem que a dinâmica neoliberal se impõe sobre todas as esferas da existência humana, transformando todas as relações em mercadológicas. Os Estados precisam performar o interesse do capital de modo a concorrer na arena atual. Para os autores, vai-se:

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa.!. (DARDOT, P.; LAVAL, 2016, 372-3)

O Estado, assim, completamente inserido na lógica do mercado passa a concorrer como qualquer outro ente na lógica do mercado internacional e suas políticas de inserção adquirem um status de neutralidade, estando completamente adequadas à lógica do capital e não a redistribuição de bens sociais entre a população. Esta é a lógica imposta pelo Governo Bolsonaro que permitiu o aumento exponencial da desigualdade.

No entanto, tais políticas necessariamente levam a situações como a vivida no Brasil atualmente, nas quais a ampla retirada de direitos se impôs como promessa para a melhoria da condição de vida da população, porém esta melhora jamais foi verificada. Pelo contrário, desemprego, informalidade, aumento dos preços e piora na qualidade de vida da população são uma constante. “*O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial*” (DARDOT, P.; LAVAL, 2016, 372-3), alertam os autores. Está aí a defesa constante do empreendedor, do inovador, que exalta a busca pelo sucesso individual e culpabiliza cada indivíduo pelo próprio fracasso.

No Brasil, a uberização do trabalho tem sido muito bem analisada por Ricardo Antunes, que demonstra o quanto a dissolução dos vínculos trabalhistas e as novas formas de individualização das relações de prestação de serviços tem tido efeito deletério para a vida da classe trabalhadora, especialmente aqueles e aquelas que já eram atingidos por outros fatores estruturais de exclusão como o racismo e o patriarcalismo. (ANTUNES, 2020, p. 36). Num cenário como este, a atuação estatal é decisiva para assegurar um patamar mínimo de direitos.

Entretanto, como demonstramos esta não é a perspectiva implantada pelo Governo Bolsonaro, que, ao contrário, se consubstancia em esteios neoliberais e autoritários. Se já houve uma fase da estruturação de um neoliberalismo progressista no qual a ausência do Estado na redistribuição de bens sociais vinha alicerçada num discurso de respeito as liberdades individuais, este não é o estado de coisas atuais.

A nova fase autoritária do neoliberalismo abandona o éthos da diversidade. Ao invés disso, ela reativa a cesura biopolítica que afirma a existência de um único povo – no sentido populista do termo – identificado com os valores conservadores e de mercado em contraposição aos inimigos internos que ameaçam a ordem, convocando os militares a assumirem o papel de guardiões do modo tradicional de vida (Brown, 2019; Swyngedouw, 2019). A versão autoritária do neoliberalismo descarta progressivamente as práticas inclusivas que garantem, segundo Davies (2014), um sentido mínimo de igualdade e equidade próximo do ideal liberal de justiça, denunciando-o como sendo uma fraude da competição. O neoliberalismo se dirige agora quase que exclusivamente ao polo oposto que caracteriza a competição, o qual enfatiza a desigualdade como o seu resultado empírico, admitindo o poder, a hierarquia e o controle em nome da liberdade. O neoliberalismo autoritário, entendendo a competição como violência,

enxerga parte dos competidores como inimigos e, assim, busca excluí-los ou cerceá-los do jogo econômico, reativando de uma nova forma a origem histórica comum entre estratégia de negócios e estratégia militar (Davies, 2014). Ademais, o neoliberalismo autoritário confere às minorias um papel estereotipado e subalterno, responsabilizando especialmente as mulheres pelas tarefas domésticas relativas ao cuidado e à manutenção de famílias funcionais que se convertem em substitutos de serviços antes prestados pelo Estado (ALMEIDA et al, 2021, p.

A interligação entre necropolítica e neoliberalismo é a característica-chave do Governo Bolsonaro e não poderia se apartar de um declínio democrático já que seu apreço a ditadura e seus anseios autoritários o acompanham durante toda sua trajetória político-institucional.

5 Considerações finais

O ódio como política atinge diferentes sujeitos sociais. Neste artigo, nos focamos em um deles: a população LGBTI+, pois entendermos ser este um exemplo fecundo de como o Governo Bolsonaro tem se legitimado popularmente por meio de uma cláusula moral que promove uma verdadeira cruzada em defesa da família tradicional e, assim, promove a deterioração da agenda de justiça social prevista pela Constituição de 1988 e o declínio democrático.

A defesa das pautas LGBTI+ no Brasil hoje vão muito além da defesa desta população em específico. Se posicionar a favor destes sujeitos de direitos é se opor a um dos esteios de sustentação do Governo Bolsonaro o medo como política e, portanto, assegurar as permanências democráticas e permitir a ascensão de líderes que promovam uma agenda política voltada a justiça social.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira, CÔRTEZ, Mariana e ALMEIDA, Silvio. NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL. Caderno CRH [online]. 2021, v. 34 [Acessado 16 Setembro 2022], e021020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>. Epub 10 Dez 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>.

ANTUNES, Ricardo (org). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 São Paulo: Editora Boitempo, 2020, 336p.

ARRETCHE, Marta. DEMOCRACIA E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: a inclusão dos outsiders. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/339613/2018>. Epub 08 Jan 2018. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.17666/339613/2018>

BORGES, Guilherme. Programa Nacional de Direitos Humanos: uma experiência de construção coletiva. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 17 – 31, set. 2019

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

FIGUEIREDO, Ivanilda e CUNHA, José Ricardo. DIREITOS HUMANOS SOB O BOLSONARISMO: RETROCESSOS E BIOPOLÍTICA In MONTEIRO, Geraldo Tadeu e LUSTOSA, Frederico. *Bolsonarismo no poder: rupturas institucionais e suas*. Rio de Janeiro: Anagrama, 2022, p. 229-248.

FIGUEIREDO, Ivanilda. A Conquista do direito ao casamento LGBTI+: da Assembleia Constituinte à Resolução do CNJ. In *Revista Direito e Práxis*. 12 (4) • Oct-Dec 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/51870>

FIGUEIREDO, Ivanilda. A POPULAÇÃO LGBTI+ NO CENTRO DA POLÍTICA BOLSONARISTA: de alavanca política à excluída do orçamento, das políticas públicas e da participação popular (no prelo)

HABERMAS, Jürgen 1996. Three Normative Models of Democracy. In: BENHABIB, S. (ed.). *Democracy and Difference*. Princeton: Princeton University, p. 28-30.

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro, São Paulo: Zouk, 2019, 228p.

LEITE, Vanessa “ Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro) [online]. 2019, n. 32 Acessado 9 Agosto 2022 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem?* São Paulo: Zahar, 2018, 272p.

MBEMBE, A. (2017). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 2(32), 122 - 151. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

MOUFFE, Chantal. Por um Modelo Agnóstico de Democracia. Publicado em inglês como capítulo do livro *The Democratic Paradox* (MOUFFE, 2000a). Tradução e resumo de Pablo Sanges Ghetti; revisão da tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda In *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005, p. 11-25.

OLIVEIRA, Cláudio Ladeira. Democracia e ativismo judicial: algumas considerações sobre suas causas e consequências. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v.16, 2015, pp. 183-216

QUINTÃO, G. F. A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. *Estudos de Sociologia*, [S. l.], v. 22, n. 42, 2017. DOI: 10.52780/res.9431. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/9431>. Acesso em: 16 set. 2022.

SOLANO, Ester. *A Bolsonarização do Brasil*. In *Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 376p.

TADVALD, M. (2015). “A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014”. *Debates do NER*, Porto Alegre, vol. 16(27): 259-288.

TONIOL, R. F. Religião e direitos humanos, entre avanços e recuos. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 19, n. 58, p. 15, 30 abr. 2021.

V-Dem. Democratic Report 2021. Disponível em: V-Dem Acesso em 30-12/2021.